

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 125/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 125/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. O Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) é a Organização Militar do Comando da Aeronáutica que possui por missão institucional executar as atividades administrativas e logísticas necessárias para o bom funcionamento das Organizações Apoiadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e a qualidade dos serviços prestados, sendo a Unidade Militar responsável por dar suporte administrativo às Organizações Militares (OM's) sediadas no Campus dos Afonsos, com vistas a atender às demandas periódicas incluídas no calendário de licitações. O presente processo tem como finalidade a futura contratação de Serviço de Transporte de Pessoal para atender as necessidades do GAP-AF e suas Organizações Militares Apoiadas, com o objetivo de dar continuidade aos serviços e atividades de apoio prestados por essas Unidades.

2.2. A Força Aérea Brasileira, Braço integrante das Forças Armadas, possui valores, cerimoniais, uniformes, formaturas, distintivos e condecorações próprios e determinados, normatizados por leis e regulamentação interna, como a Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), ICA 908-1/2012 (Cerimonial Militar do Comando da Aeronáutica), RCA 35-2/2016 (Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica - RUMAER) e ICA 903-1/2017 (Símbolos Heráldicos do Comando da Aeronáutica). Face ao exposto relata-se que essas formaturas, cerimoniais, simpósios e afins fazem parte da rotina militar na caserna, ocorrendo muitas das vezes em âmbito externo ao da Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos (GUARNAE-AF), sendo necessária a contratação de serviço de transporte de pessoal para a realização desses deslocamentos externos ao âmbito da Guarnição.

2.3. O Comando da Aeronáutica (COMAER) possui diversas legislações que possuem a finalidade de normatizar procedimentos, padronizar normas e emitir orientações acerca de inúmeros assuntos inerentes a atividades específicas do COMAER. Face ao exposto, torna-se importante relatar que a Força Aérea Brasileira (FAB) emitiu no ano de 2019 o Manual do Comando da Aeronáutica 125-13 (MCA 125-13) que possui por objetivo uniformizar procedimentos no que se refere ao deslocamento e segurança das autoridades pertencentes a FAB, além de apresentar a concepção para o emprego da tropa de infantaria da Aeronáutica nas missões de segurança de autoridades realizadas no âmbito do COMAER.

2.4. Ressalta-se que para a realização dessas missões torna-se necessária a utilização de viaturas específicas e que não constam das frotas existentes nas Organizações Militares. Esses veículos possuem características ideais que propiciarão a segurança das autoridades transportadas e das equipes que se deslocam em tais operações, conforme critérios preconizados nos itens 6.4.1 e 6.4.2 da MCA 125-13/2019 - Segurança de Autoridades.

2.5. Nesse contexto, destaca-se que as Organizações Militares são Instituições que desenvolvem diversos tipos de atividades peculiares ao seu meio, sendo a hierarquia e disciplina consideradas essenciais para constituírem a base das Organizações, condensando valores como o respeito à dignidade da pessoa humana, o patriotismo, o civismo, o profissionalismo, a lealdade, a constância, a verdade, a honra, a honestidade e a coragem. Tais princípios são sempre engrandecidos e exaltados ao longo da carreira militar, sendo indispensáveis ao exercício da função. Com a finalidade de fomentar o desenvolvimento das práticas militares inerentes à vida na caserna e massificar os princípios Institucionais, as Unidades do COMAER realizam periodicamente uma série de formaturas, cerimoniais e eventos que são considerados campos férteis para a disseminação dos fundamentos imutáveis e universais, que são os valores das Forças Armadas.

2.6. Considerando que o Grupamento de Apoio dos Afonsos e suas Unidades Apoiadas necessitam realizar constantemente diferentes tipos de formaturas e eventos que fazem parte do rol de cerimoniais previstos nas Organizações, além de seus militares estarem continuamente envolvidos em diversos tipos de solenidades, simpósios, cursos, reuniões e importantes eventos que necessitam ter a presença de autoridades militares, seja para presidirem a esses eventos, seja para prestigiá-los, existe a constante necessidade de utilização de veículos adequados e em bom estado de conservação que têm a finalidade de realizar a locomoção desses militares.

2.7. Destaca-se que para realizar o deslocamento das autoridades e demais militares envolvidos em missões é necessário o acionamento de uma equipe de segurança e escolta, bem como de frotas de veículos necessárias ao êxito e sucesso da missão, e que o Grupamento de Apoio dos Afonsos é responsável por apoiar as equipes de segurança com viaturas nos eventos sob sua responsabilidade, conforme especificidades que estão preconizadas no MCA 125-13/2019. É importante salientar ainda, que o Estado-Maior do Comando de Operações Aeroespaciais, reforçou a importância da disponibilização das viaturas, conforme estabelecido no MCA 125-13 /2019, com a brevidade que o tema requer, visto que ocorrências relacionadas aos veículos gerenciados pelas Organizações Militares são recorrentes.

2.8. Por fim, a fim de dar suporte às atividades desenvolvidas e com o fito de fazer cumprir a missão organizacional, as Unidades necessitam ainda, além de veículos blindados para o transporte de autoridades, realizar a contratação de veículos que não se empregam no conceito de "segurança de autoridades". Em relação a esses veículos que não se enquadram nessas missões específicas, justifica-se a necessidade de contratação em virtude da

mesma proporcionar benefícios diretos e indiretos que resultarão no bom funcionamento da vida vegetativa deste Grupamento de Apoio e de suas apoiadas, como Organização, fator que torna a contratação de transporte logístico, estratégica e imprescindível para o cumprimento das atividades supramencionadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO	VITOR FERREIRA SANTOS CAP INT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação do serviço de transporte de pessoal deverá atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela Administração Pública, considerando a natureza e a periodicidade dos serviços. A prestação do serviço de transporte de pessoal deverá atender, de forma contínua e eficiente, às necessidades operacionais e administrativas do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e Unidades apoiadas, garantindo a adequada locomoção de militares e/ou servidores civis entre locais previamente determinados pela Administração. O serviço deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. **Tipo de transporte:** terrestre, com veículos tipo carro, van, micro-ônibus, ônibus rodoviário, etc., devidamente licenciados e em perfeitas condições de uso, com fabricação não superior a 10 (dez) anos, dotados de ar-condicionado, cintos de segurança, e demais equipamentos exigidos pelas legislações de trânsito vigente;

4.1.2. **Motoristas:** devidamente habilitados na categoria exigida para o veículo, com experiência comprovada, capacitados a prestar atendimento com urbanidade e a cumprir os trajetos definidos pela Administração;

4.1.3. **Escala de atendimento:** conforme cronograma a ser fornecido pelo órgão contratante, podendo incluir deslocamentos em dias úteis, finais de semana e feriados, no período diurno e/ou noturno, mediante prévia solicitação;

4.1.4. **Abrangência dos trajetos:** deslocamentos dentro e fora do Rio de Janeiro - RJ, em rotas previamente definidas ou ajustadas conforme demanda operacional;

4.1.5. **Quantidade e frequência:** os serviços deverão ocorrer conforme programação estabelecida pela Administração, podendo variar conforme as necessidades de cada Unidade;

4.1.6. **Manutenção e substituição dos veículos:** a contratada deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como a substituição imediata em caso de pane ou acidente, sem prejuízo ao serviço;

4.1.7. **Seguros e licenças:** todos os veículos devem estar cobertos por apólice de seguro contra terceiros e passageiros, bem como devidamente licenciados, com regularidade documental junto aos órgãos de trânsito;

4.1.8. **Controle e fiscalização:** a contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução dos serviços, contendo registros de horários, percursos e identificação do motorista, a fim de subsidiar o controle e a fiscalização por parte da Administração;

4.1.9. **Outros requisitos:** a prestação dos serviços deverá observar todas as disposições da legislação de trânsito vigente, normas de segurança, higiene e conforto aos usuários, e obrigações trabalhistas relativas aos profissionais envolvidos na execução do contrato, que deverão constar pormenorizados no Termo de Referência.

4.2. A empresa contratada deverá apresentar, no momento da habilitação, documentação que comprove sua aptidão técnica para a execução dos serviços, incluindo: atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a execução anterior de serviços de transporte de pessoal de porte semelhante; relação de equipamentos disponíveis; e comprovação de regularidade sanitária, ambiental e trabalhista. A contratada deverá ainda manter durante toda a vigência contratual uma equipe mínima de funcionários adequadamente treinados, com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e adotar procedimentos padronizados de controle de qualidade e higienização, conforme exigências contidas do Termo de Referência.

4.3. Em atendimento ao disposto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (edição de setembro de 2023), deverão ser incluídos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental como especificações técnicas do objeto e/ou obrigações contratuais da futura contratada. Dentre esses critérios, destacam-se: Utilização de combustíveis menos poluentes (como biodiesel ou GNV), onde couber; Veículos com baixa emissão de gases de efeito estufa (padrões do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – INMETRO); Redução do consumo de combustíveis fósseis; Utilização de veículos com sistema de reaproveitamento de energia (ex: híbridos ou elétricos); Destinação ambientalmente adequada de resíduos e descarte de peças e óleos automotivos (nos casos de manutenção e operação dos veículos); Manutenção preventiva para evitar vazamentos e emissões poluentes. Dentre outros. Tais medidas visam mitigar impactos ambientais e promover a responsabilidade socioambiental nas contratações públicas, conforme os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

4.4. Em relação à integridade e transparência do processo, o mesmo deverá estar de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, tendo em vista que o objeto constante da presente contratação não é considerado de acesso sigiloso.

4.5. No que se refere ao sigilo das informações presentes no certame e sua classificação conforme a legislação acima mencionada, não há necessidade de classificar partes ou conteúdo integral deste processo como sigiloso.

4.6. Cabe relatar que este Órgão não utilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização previsto no inciso I do § 1º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e previsto na Lista de Verificação da AGU, pelo motivo abaixo relacionado:

4.6.1. A Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como forma de solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, conferindo maior economicidade nos gastos públicos e racionalização de recursos em contratações cujas necessidades podem ser atendidas por bens, serviços e obras padronizados.

4.6.2. Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (acesso pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronicode-padronizacao/itens-padronizados>), verifica-se que constam apenas os itens referentes à água mineral natural sem gás, café e açúcar, não estando contemplado, portanto, o objeto almejado por este Órgão.

4.6.3. Face ao exposto, a justificativa para a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização, acima relacionada, atende ao § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.7. No que se refere à comprovação de qualificação técnica, o mesmo deverá estar previsto no Termo de Referência, de modo a assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução do serviço contratado em escala compatível com a demanda do GAP-AF e unidades apoiadas. A exigência de atestados de capacidade técnica, infraestrutura mínima e conformidade com normas sanitárias visa resguardar o interesse público e garantir a prestação eficiente, segura e contínua dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha da solução mais adequada à necessidade da Administração. Trata-se de um estudo aprofundado de como o mercado opera em relação à solução pretendida, permitindo que as peculiaridades observadas sejam incorporadas de forma expressa no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Tal abordagem viabiliza uma contratação mais alinhada à realidade mercadológica, reduzindo a suscetibilidade a práticas antieconômicas e assegurando maior eficiência na alocação de recursos públicos.

5.2. Além disso, este levantamento proporciona uma fundamentação mais robusta para eventuais decisões de flexibilização adotadas ao longo da modelagem, o que ressalta a importância de tratamento técnico adequado por parte da equipe de planejamento.

5.3. A descrição da necessidade da aquisição, apresentada no item 1 deste Estudo Técnico Preliminar, visa à identificação da solução mais adequada à demanda apresentada, sob a ótica do interesse público. Tal item, lista fundamentos essenciais que motivam a Administração a realizar a licitação em tela, a qual consiste na Contratação de Serviço de Transporte de Pessoal, extremamente necessários para o atendimento das atividades do GAP-AF e das Organizações Militares por ele apoiadas.

5.4. Para fins deste levantamento, foram analisadas diferentes fontes, incluindo contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades institucionais. Ressalta-se, ainda, o dinamismo do mercado envolvido na referida aquisição, cuja constante evolução tecnológica exige atenção especial para que soluções superadas não sejam indevidamente replicadas com base apenas em contratações passadas.

5.5. As seguintes alternativas foram analisadas:

5.5.1. SOLUÇÃO A – Pregão Eletrônico para Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF

5.5.1.1. Trata-se de solução que permite a seleção da proposta mais vantajosa por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, e com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. A adoção do SRP viabiliza múltiplas contratações futuras com o mesmo fornecedor, conforme demanda, durante a vigência da ata. A solução permite maior flexibilidade de contratação, racionalização de custos operacionais e economicidade.

5.5.1.2. A condução do certame pelo próprio GAP-AF confere maior controle sobre as especificações técnicas e prazos envolvidos, sendo uma alternativa eficaz e amplamente utilizada pela Administração Pública, especialmente para bens ou serviços de uso frequente.

5.5.2. SOLUÇÃO B – Participação em Intenção de Registro de Preços (IRP) em parceria com outros órgãos

5.5.2.1. A participação em IRPs visa à cooperação entre entes da Administração Pública para a formação de um processo licitatório conjunto, com economia de escala e uniformização de procedimentos. Essa possibilidade está prevista no §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Embora vantajosa em

termos de otimização de recursos e abrangência, tal alternativa depende da existência de processo de IRP aberto e compatível com as demandas do GAP-AF.

5.5.2.2. No momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, não foram localizadas IRPs vigentes ou previstas que contemplassem adequadamente as necessidades técnicas, quantitativas e de cronograma do GAP-AF, o que inviabiliza, neste momento, a adesão a esta solução.

5.5.3. SOLUÇÃO C – Adesão à Ata de Registro de Preços de outros Órgãos

5.5.3.1. A adesão a atas vigentes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, popularmente conhecida como “carona”, é prevista no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, e permite à Administração usufruir de contratações já licitadas por outros entes públicos. No entanto, essa alternativa está condicionada à compatibilidade entre as condições da ata e as necessidades específicas do órgão aderente.

5.5.3.2. Durante o levantamento, não foram identificadas atas vigentes e compatíveis com o objeto, especificações e volume pretendidos por este GAP-AF. Ademais, a ausência de cláusulas de reserva quantitativa específicas em muitas atas impede a adesão posterior, especialmente no caso de serviços contínuos que exigem definição clara de local, periodicidade e volume.

5.5.4. SOLUÇÃO D – Dispensa de Licitação, conforme diretrizes do art. 75 da Lei nº 14.133 /2021

5.5.4.1. A contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, poderia ser considerada, especialmente nos incisos I e II (baixo valor), ou ainda por razões de emergência ou de exclusividade. Contudo, diante da natureza do serviço (contínuo, programado e de execução prolongada), a hipótese de dispensa não se aplica neste caso, considerando que não se trata de situação emergencial ou excepcional, nem tampouco de contratação de baixo valor ou fornecedor exclusivo.

5.6. Diante do exposto, e considerando os aspectos técnicos, econômicos e operacionais envolvidos, a solução escolhida é a **Solução A – Pregão Eletrônico para Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF**, por apresentar maior aderência às necessidades institucionais, melhor custo-benefício e maior segurança jurídica para a Administração Pública.

5.7. A pesquisa de mercado seguiu as diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021 da SEGES/ME, utilizando-se como critério de precificação os parâmetros mais adequados ao caso concreto, com complementação por demais critérios, quando necessário. Foram considerados os seguintes fundamentos:

I – Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana dos itens nos sistemas oficiais do governo, como Painel de Preços;

II – Contratações similares realizadas por outros órgãos públicos no último ano;

III – Dados de tabelas de referência e médias especializadas atualizadas;

IV – Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação;

V – Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas.

5.8. Análise dos Custos Totais das Demandas: Para o levantamento de mercado e formação dos preços estimados para a contratação de transporte de pessoal destinados ao Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e suas Organizações Militares apoiadas, adotou-se como metodologia a pesquisa de preços em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos no último ano, nos termos do inciso II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Tal abordagem visa assegurar a obtenção de valores atuais e compatíveis com os praticados no mercado.

5.9. A pesquisa considerou, no mínimo, três valores de referência para cada item pretendido, extraídos de sites de ampla consulta pública e reconhecida confiabilidade.

5.10. A partir dos preços identificados, foi aplicada a média aritmética simples dos valores válidos e disponíveis, procedimento que resultou na definição de um preço estimado de referência para cada item, balizando a estimativa de custos da contratação.

5.11. A metodologia aplicada atendeu às diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021, assegurando a adoção dos critérios mais adequados ao caso concreto. A opção por pesquisa em sítios eletrônicos se justifica pela facilidade de acesso, ampla cobertura nacional, atualização constante dos valores e diversidade de fornecedores, fatores que reforçam a confiabilidade dos dados levantados.

5.12. Ressalta-se que essa abordagem é especialmente recomendada para objetos padronizados e de ampla oferta no mercado varejista, o que favorece a obtenção de uma estimativa realista e compatível com as práticas comerciais correntes.

5.13. Essa técnica de precificação contribui para a adequada modelagem do processo de contratação, reduzindo riscos de sobrepreço, direcionamento ou inviabilidade do certame, além de fortalecer os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Dentre as alternativas analisadas, a Solução 1 – Pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo GAPAF — apresentou-se como a mais vantajosa para a aquisição de EPI, por garantir maior eficiência, economicidade e padronização dos serviços a serem contratados pelo o Grupamento de Apoio dos Afonsos e suas Unidades Apoiadas.

6.2. A escolha por essa solução está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021, além de atender às diretrizes do planejamento da contratação, com menor risco de práticas antieconômicas.

6.3. Após a apresentação dos argumentos em relação ao levantamento de mercado e das soluções disponíveis, verificou-se que a proposta mais vantajosa para este Órgão foi a encontrada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços realizado pelo GAP-AF.

6.4. Esta abordagem é a que apresentou maior eficácia e a que mais agrega benefícios em termos de eficiência, economicidade e padronização aos itens destinados ao Grupamento de Apoio dos Afonsos e suas Unidades Apoiadas.

6.5. Das opções listadas, o Pregão Eletrônico de Registro de Preços a ser realizado pelo GAP-AF foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas, mas não diárias, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar obrigatoriedade de contratação.

DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.6. Em atenção ao disposto no art. 3º, incisos II e V do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o sistema de registro de preços será adotado tendo em vista o caráter parcelado e a impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser contratado, o que justifica a utilização desse sistema, além de otimizar os créditos disponibilizados durante o ano fiscal para este Órgão.

DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.7. Em conformidade com o disposto no caput do art. 9º do Decreto 11.462/2023, será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG, para registro dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos no art. 7º do mesmo dispositivo legal.

6.8. Discorrendo que o presente processo possui a finalidade de atender à demanda das Organizações Militares, este Órgão declara a viabilidade da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), com fulcro no art. 9º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023.

DA VEDAÇÃO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.9. Este Órgão Gerenciador entende que a adesão à ata de registro de preços mostra-se inadequada pelas seguintes razões:

6.9.1. Necessidades Específicas: as demandas do GAP-AF possuem características próprias que exigem especificações ajustadas às realidades locais e à missão institucional, o que pode não ser contemplado em atas genéricas;

6.9.2. Preservação da Competitividade: a adesão a uma ata existente pode restringir a ampla competição, prejudicando a seleção de propostas mais vantajosas;

6.9.3. Planejamento Orçamentário: a adesão pode implicar obrigações financeiras não previstas, comprometendo o planejamento fiscal responsável;

6.9.4. Racionalização dos Gastos Públicos: evita-se desperdícios, assegurando que as aquisições sejam baseadas em necessidades reais;

6.9.5. Segurança Jurídica: reduz-se o risco de incompatibilidades contratuais ao garantir que as condições sejam definidas em processo competitivo próprio;

6.9.6. Controle e Fiscalização: maior controle sobre os processos licitatórios conduzidos internamente;

6.9.7. Estímulo à Competitividade: fomenta a participação de novas empresas, promovendo a qualidade e melhores preços.

6.10. Portanto, conclui-se que é essencial que a aquisição seja realizada por licitação própria, assegurando maior qualidade, segurança, competitividade e melhor custo-benefício para a Administração.

6.11. Sendo assim, reitera-se que o presente processo tem como finalidade a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de pessoal, sendo o critério de julgamento da proposta o menor preço por item. Considerando a variação recorrente da demanda, o caráter parcelado da aquisição e a impossibilidade de prever com exatidão os quantitativos, este Grupamento de Apoio optou pelo Pregão Eletrônico com uso do Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, nos termos do art. 3º, incisos II e IV, do Decreto nº 7.892/2013.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O levantamento da estimativa das quantidades foi obtido a partir de levantamento interno realizado junto às seções que necessitarão do serviço pleiteado, no âmbito do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF).

7.2. As quantidades totais dos itens que compõem o presente certame foram calculadas com base nas necessidades informadas pelas Unidades que serão beneficiadas pela presente contratação, através de preenchimento do Termo de Oficialização de Demanda (TOD), disponibilizado no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), o qual é formalmente apostado de assinatura pelo **Ordenador de Despesas** de cada Organização Militar.

7.3. Foram analisados todos os TODs recebidos pelas Unidades demandantes, com especial atenção às quantidades solicitadas por item, ao número de usuários e à frequência de utilização. Em casos em que não houve solicitação expressa em TOD, foi adotado critério de estimativa proporcional com base em contratos anteriores e na experiência administrativa da SPLA, sempre com a devida cautela para não gerar sobre-estocagem ou aquisições desnecessárias.

7.4. Dessa forma, a consolidação das demandas resultou no seguinte quantitativo estimado por item. Ressalta-se que, conforme art. 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021, as quantidades são estimativas e não constituem obrigação de consumo total, respeitando-se o consumo real e a conveniência administrativa da gestão contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 260.048,88

8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 260.048,88 (duzentos e sessenta mil quarenta e oito reais e oitenta oito centavos), nos termos do inciso II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Tal abordagem visa assegurar a obtenção de valores atuais e compatíveis com os praticados no mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto da presente contratação será parcelado, com fulcro no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a possibilidade e recomendação do parcelamento do objeto com vistas a ampliar a competitividade, favorecer a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. A decisão de parcelar a contratação foi tomada após análise técnica das características do objeto, da estrutura do mercado e da experiência de contratações anteriores, constatando-se que o fracionamento não compromete a execução do serviço, tampouco acarreta perda da economia de escala.

9.3. Conforme dispõe o § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.4. Contudo, após avaliação da equipe de planejamento, foi constatado que nenhuma das hipóteses impeditivas acima se aplica ao presente caso. A contratação em lotes distintos é viável, segura e vantajosa à Administração, permitindo o aproveitamento de diferentes fornecedores e a adequação às unidades de medida usuais do mercado.

9.5. Na aplicação do princípio do parcelamento, também foram considerados fatores como: a viabilidade técnica da divisão do objeto em lotes; o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.6. Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto segundo suas características de fornecimento, por meio da distinção das unidades de medida usuais e compatíveis com os serviços a serem prestados, o que assegura maior eficiência, transparência e vantajosidade na contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Essa contratação independe de contratações correlatas ou complementares, uma vez que o objeto da presente contratação pode ser executado de forma autônoma e independente, sem a necessidade de interdependência com outros processos licitatórios ou contratações previamente realizadas ou em andamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, e pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (Módulo 3), os quais têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.
- 11.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.
- 11.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Plano de Trabalho Anual (PTA).
- 11.4. As contratações a serem realizadas pela Divisão de Obtenções e Contratos do GAP-AF são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas (MCA 172-4/2020) e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020), para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).
- 11.5. No âmbito da GUARNAE-AF, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano Anual de Contratações (PAC) anualmente. Ele contempla desde o planejamento da demanda até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação. O PAC abrange toda a GUARNAE-AF e é coordenado pela Seção de Planejamento (SPLA) da DOC.
- 11.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do PAC e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.
- 11.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-AF confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM), e o GAP-AF é responsável pela elaboração do edital até a homologação.
- 11.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com o estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações, e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano. Para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares (OMs) envolvidas, com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA 2023, para esta atividade é utilizado o indicador "I = X/Y", em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.
- 11.9. A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente é analisada e conferida pela SPLA, considerando a descrição do objeto e as quantidades. Possíveis falhas são diagnosticadas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de planejamento é finalizada com a definição da demanda por meio dos Termos de Oficialização da Demanda (TOD) no sistema SILOMS, e os processos têm sua ordem de confecção definida de acordo com a mão de obra disponível e critérios como: vencimento da ata vigente, relevância e necessidade.
- 11.10. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.
- 11.11. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal, e, por vezes, diário, do Plano, em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.
- 11.12. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC. No entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas, mediante justificativa apropriada. A SPLA, Seção de Planejamento da Divisão de Obtenções, realiza encontros detalhados com as OM Apoiadas, nos quais são dadas orientações sobre os briefings, o preenchimento dos documentos, a estimativa e justificativa das demandas, a dinâmica por tipo de demanda, a definição de prazos para envio dos Termos de Oficialização da Demanda por cada área, e são sanadas as dúvidas das áreas demandantes.
- 11.13. O e-PAG no SILOMS contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.
- 11.14. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida, e foi definida no PAC 2025.
- 11.15. No que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.16. As contratações públicas descritas neste documento estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações (PAC) da GUARNAE-AF, elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. A contratação do serviço de transporte de pessoal visa garantir a logística necessária ao deslocamento seguro, eficiente e contínuo de militares, servidores civis e/ou colaboradores envolvidos em atividades institucionais. Espera-se alcançar os seguintes benefícios:

12.1. Eficiência Operacional: Agilidade nos deslocamentos relacionados às atividades administrativas, operacionais, de instrução ou missões específicas, contribuindo para a fluidez das ações institucionais;

12.2. Segurança e Confiabilidade: Garantia de transporte realizado por empresa especializada, com condutores qualificados e veículos regulares e em conformidade com as normas de segurança veicular e transporte de passageiros;

12.3. Otimização de Recursos Públicos: Redução de custos indiretos relacionados à manutenção de frota própria, pagamento de diárias, combustíveis e desgaste de veículos oficiais, além da racionalização da força de trabalho;

12.4. Pontualidade e Regularidade: Melhoria no cumprimento de cronogramas de atividades e eventos, com menor impacto decorrente de atrasos ou indisponibilidades de transporte;

12.5. Atendimento às Normas de Sustentabilidade: Possibilidade de inserção de critérios sustentáveis na contratação, como exigência de veículos com menor emissão de poluentes ou com uso de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente;

12.6. Flexibilidade e Adaptação às Demandas: Capacidade de ajustar as rotas, horários e número de veículos conforme a necessidade da Administração, inclusive em eventos extraordinários ou de reforço logístico.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato visam assegurar que todo o processo de contratação transcorra com transparência, lisura e em estrita observância aos princípios que regem a contratação pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Para a efetivação da presente contratação, será necessário que o processo licitatório siga regularmente seu trâmite, com o cumprimento de todas as etapas preparatórias da fase interna, incluindo a conclusão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, análise de riscos, entre outros documentos exigidos.

13.3. Em seguida, o processo deverá seguir para a fase externa, com a devida publicação do aviso de licitação, observância aos prazos legais, recebimento de propostas, julgamento, habilitação, eventual fase recursal e homologação do resultado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.4. Após a homologação, será realizado o registro de preços para o fornecedor vencedor, com base no modelo de ata de registro de preços, possibilitando a contratação futura conforme a demanda, dentro da vigência estabelecida e de acordo com as regras previstas no edital e na legislação vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente, bem como os princípios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (edição 2024), especialmente no que tange ao uso racional de recursos naturais e ao correto manejo de resíduos.

14.2. As seguintes práticas deverão ser observadas:

14.2.1. Fornecimento de água com parâmetros de qualidade e devidamente tratada, conforme os padrões estabelecidos na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005;

14.2.2. Utilização de produtos para tratamento de água registrados junto ao órgão federal competente, conforme o Decreto nº 7.802, de 11 de julho de 1989;

14.2.3. Adoção de procedimentos para o gerenciamento de resíduos sólidos, conforme a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

14.2.4. Emprego de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela ANVISA;

14.2.5. Observância à Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto ao uso de equipamentos que emitam ruído no desempenho de suas funções;

14.2.6. Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos empregados para a execução dos serviços, conforme normas regulamentadoras de segurança do trabalho;

14.2.7. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, com foco na redução do consumo de energia elétrica, de água e da produção de resíduos sólidos, conforme diretrizes ambientais aplicáveis;

14.2.8. Realização da separação de resíduos recicláveis descartados, com destinação às associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da Instrução Normativa MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.2.9. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas ao tratamento e descarte de resíduos sólidos.

14.3. Além disso, a contratada deverá observar diretrizes específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente quanto:

14.3.1. Exigir que os veículos utilizados estejam em conformidade com os limites de emissões de poluentes estabelecidos pelo CONAMA e pelas resoluções do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE);

14.3.2. Priorizar veículos com tecnologia de baixa emissão, como motores EURO 5 ou superior;

14.3.3. Preferência por veículos que utilizem combustíveis renováveis, como etanol ou biodiesel, ou por veículos híbridos ou elétricos, quando economicamente viável;

14.3.4. Exigir comprovação da média de consumo de combustível dos veículos (km/l), como critério de sustentabilidade;

14.3.5. Exigir cronograma de manutenção preventiva regular, incluindo verificação de emissão de poluentes e controle de ruídos;

14.3.6. A empresa contratada deve apresentar registro da manutenção e inspeção ambiental dos veículos. A contratada deverá apresentar, trimestralmente, relatórios de manutenção preventiva dos veículos utilizados, com ênfase em controle de emissões e eficiência energética;

14.3.7. A empresa contratada deverá comprovar a destinação ambientalmente adequada de resíduos e peças automotivas substituídas (óleo, filtros, pneus etc.), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

14.3.8. Exigir que os motoristas sejam capacitados em condução segura e ambientalmente responsável, com foco em práticas de ecoeficiência, como:

- evitar acelerações bruscas;
- desligar o motor em paradas prolongadas;
- manter a calibragem correta dos pneus.

14.4. Exigência Ambiental – CTF/APP

14.4.1. A empresa contratada deverá comprovar, no momento da habilitação ou da execução contratual (conforme definido pela Administração), que está regularmente inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), nos termos da Lei nº 6.938/1981, da Resolução CONAMA nº 237/1997 e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2018.

14.4.2. Tal exigência se justifica pelo enquadramento da atividade “Transporte rodoviário de passageiros” no Código 21.01 da tabela de atividades potencialmente poluidoras, caracterizando a obrigatoriedade legal de inscrição no referido cadastro.

14.4.3. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Certidão de Regularidade do CTF/APP emitida eletronicamente pelo IBAMA e Indicação da atividade cadastrada compatível com a prestação do serviço de transporte de pessoal.

14.4.4. Cabe destacar que a exigência de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, é aplicável exclusivamente às empresas que realizem diretamente a atividade de transporte rodoviário de passageiros, mediante utilização de frota própria ou sob sua responsabilidade operacional direta.

14.4.5. Nos casos em que a prestação do serviço se der por meio de subcontratação eventual, utilização de motoristas autônomos, transporte individual por demanda ou plataformas digitais, a exigência do CTF/APP poderá não ser aplicável, devendo a Administração avaliar a pertinência conforme o modelo de execução contratual pretendido e o nível de controle da contratada sobre os meios utilizados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA DA SILVA GOES

Auxiliar da Seção de Planejamento

SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA

Auxiliar da Seção de Planejamento

VITOR FERREIRA SANTOS

Chefe da Seção de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
Data/Hora de Criação:	12/09/2025 15:00:32
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	ba3be82ad97360a47fe0c3e66a6c73f2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ADRIANA DA SILVA GOES no dia 12/09/2025 às 12:04:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA no dia 12/09/2025 às 12:05:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap VITOR FERREIRA SANTOS no dia 12/09/2025 às 12:21:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 12/09/2025 às 12:26:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel MARLOS FELIPE DOS SANTOS no dia 15/09/2025 às 11:52:43 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO